

## **Premiação e disseminação de práticas públicas: análise de casos e o potencial multiplicador do Prêmio de Responsabilidade Social em Turismo<sup>1</sup>** ***Dissemination of public practices: case analysis and the potential of the Award of social responsibility in Tourism***

***Marco Antonio Carvalho Teixeira<sup>2</sup>***

### **Resumo**

*O presente trabalho tem por objetivo desenvolver uma reflexão acerca de como a identificação e a disseminação (aqui entendida como difusão e circulação de informações) de práticas públicas pode contribuir para melhorar os processos de concepção, planejamento e gestão das políticas sociais. Os bancos de dados, debates, publicações e demais atividades desenvolvidas por diversos programas de premiação de iniciativas inovadoras no campo da gestão social permitem identificar o potencial multiplicador destas iniciativas tanto as executadas por agentes públicos como por agentes privados.*

*Este trabalho apresenta inicialmente de uma breve contextualização acerca do momento histórico-político que impulsiona o surgimento dessas iniciativas e, posteriormente, desenvolve-se a análise das experiências desenvolvidas pelo Programa Gestão Pública e Cidadania; pelo Prêmio Prefeito Amigo da Criança e pelo Prêmio ECO, para, em seguida, apresentar uma breve reflexão acerca das expectativas em torno do Prêmio de Responsabilidade Social em Turismo.*

**Palavras-chave:** disseminação, práticas públicas, inovação, turismo, responsabilidade social

### **Abstract:**

*The main goal of this study is to develop a reflection about how the identification and dissemination of public practices can contribute to improve the process of elaboration, planning and management of the social policies. The database, the debates, publications and others activities developed by the awards programs of innovative initiatives in the public management field make possible to identify the potential of this experiences. This paper presents first a brief contextualization about the historical and political moment where this experience appears and second the analysis of the experiences developed by*

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no XII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santo Domingo, República Dominicana, nov. 2007.

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política; Mestre em Ciência Política; Graduado em Ciências Sociais. Pesquisador do Programa Gestão Pública e Cidadania; Professor de Ciência Política e Sociologia da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo (FGV-EAESP) e do Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo. Endereço: Av. Nove de Julho, 2.029/11º andar — CEP: 01313-902. Tel.: 11 3281-7904/7905. Fax: 11 3287-9095. E-mail: [marco.teixeira@fgv.br](mailto:marco.teixeira@fgv.br)

*the Programa Gestão Pública e Cidadania; the Prêmio Prefeito Amigo da Criança and the Prêmio ECO, and finally a reflection about the expectative of the Prêmio de Responsabilidade Social em Turismo.*

**Key-words:** dissemination, public practices, innovation, tourism, social responsibility.

---

## 1. Disseminação: contextualização histórica e política

A identificação e a disseminação (aqui entendida como difusão e circulação de informações) de práticas públicas é uma atividade que ganhou maior ênfase nos anos 1980 em decorrência das conseqüências provocadas por fatores externos, como a abertura econômica e o ajuste fiscal, que impactaram negativamente a capacidade do estado em promover o *welfare*. Se, por um lado, o processo de globalização gerou a integração de mercados e a transnacionalização do capital, de outro também provocou o surgimento de redes envolvendo formuladores de políticas públicas (FARAH, 2006) que passaram a trocar conhecimento e socializar tecnologias inovadoras de gestão dos problemas sociais para que possam ser aperfeiçoadas e adaptadas em diferentes contextos e realidades.

A redução da capacidade financeira do estado gerou a necessidade da utilização de recursos de forma cada vez mais responsável com vistas à melhoria da qualidade e dos alcances das práticas políticas e institucionais. Publicizar as iniciativas que lograram êxito nessa direção contribui de maneira significativa para a boa gestão da coisa pública (SPINK, 1999).

No Brasil, o caminho foi percorrido de maneira semelhante. A crise econômica mundial da década de 1980 colocou em xeque o estado desenvolvimentista e reduziu a sua capacidade de promover o bem-estar. Nesse mesmo período, em pleno processo de redemocratização que se consolidou com a Constituição de 1988, uma parte da resposta aos problemas gerados por essa crise mundial materializou-se no deslocamento de funções antes concentradas no governo federal em direção aos municípios (PINHO; SANTANA, 2000; PAULICS, 2004). No caso brasileiro, em decorrência do modelo federativo do País, a união preservou para si os importantes papéis de regulador e de financiador de políticas sociais, mas não perdeu completamente a sua capacidade de planejar iniciativas que são executadas por ela mesma ou repassada a outros entes federativos.<sup>3</sup>

Os governos locais, sobretudo os municipais, passaram a executar a maior parte das ações antes concentradas no poder central e ainda garantiu relativa capacidade de planejamento. Isso se configurou com maior ênfase em áreas de políticas públicas, como saúde, educação e assistência social. Esses setores passaram a ser fortemente influenciados por um discurso que se voltou para a descentralização de recursos, o planejamento baseado na realidade local e o controle social por meio da participação popular. Como bem aponta Farah (2000:15), as transformações advindas da assimilação dos processos de descentralização e participação consubstanciados na Constituição de 1988 propiciaram:

---

<sup>3</sup> O Programa Saúde da Família (PSF) é um bom exemplo. Concebido pelo governo federal, localmente os municípios são responsáveis pela organização e execução do mesmo. De maneira diferente, no Programa Bolsa Família, toda concepção é do governo federal e, regionalmente, os municípios fiscalizam a distribuição dos recursos.

*A necessidade do estabelecimento de prioridades de ação; a busca de novas formas de articulação com a sociedade civil e com o mercado, envolvendo a participação de ONGs, da comunidade organizada e do setor privado na provisão de serviços públicos; e a introdução de novas formas de gestão nas organizações estatais, de forma a dotá-las de maior agilidade, eficiência e efetividade, superando a rigidez derivada da burocratização de procedimentos e da hierarquização excessiva dos processos decisórios.*

Diante disso, os municípios precisaram de uma capacidade de inovação e de troca de informações sem precedentes ante os novos desafios a eles apresentados. Assim, o processo de descentralização, apesar de bem-vindo e de apresentar-se como um produto direto da redemocratização, acabou gerando diferentes impactos e significados em razão das distintas situações vivenciadas por cada administração municipal. Os municípios de maior porte populacional e com um melhor grau de desenvolvimento econômico mostraram-se mais capacitados em assumir as novas atribuições, principalmente por possuírem maior capacidade técnica e recursos econômicos que lhes propiciavam uma relativa margem de autonomia de ação. Por outro lado, a maioria dos municípios com menos de vinte mil habitantes (que representam cerca de 70% das mais de 5.500 unidades municipais brasileiras), além das carências em capacidade técnica e arrecadação própria, apresentavam um alto grau de dependência de repasses de verbas do governo federal para garantir minimamente o funcionamento da máquina pública, o que restringe o nível de autonomia no planejamento das políticas públicas por parte deles.

Mas, apesar das diferentes realidades, uma questão acabou apresentando-se como algo comum a todos os municípios, independentemente do porte populacional ou do tamanho do orçamento: os problemas sociais existentes eram infinitamente maiores do que a quantidade de recursos disponibilizados para enfrentá-los. Com isso, era necessário maximizar a utilização dos recursos e ampliar o alcance das políticas públicas, o que de forma alguma seria conseguido apenas pela ação do Poder Público. Exigia-se, assim, uma forte capacidade de diálogo social e uma compreensão da realidade com base na colaboração e no protagonismo político das organizações sociais.

Desse modo, diante das limitações financeiras e até mesmo operacionais do Poder Público, as políticas sociais deixaram de ter expectativa exclusivamente estatal, fazendo surgir um leque de alternativas que foram nascendo com o fito de maximizar o alcance das políticas sociais. Entre elas, podem ser destacadas: as parcerias entre o Poder Público e as organizações da sociedade civil, tanto em ações compartilhadas como por meio do repasse de recursos para o desenvolvimento de funções públicas de diversas naturezas por organizações sem fins lucrativos (CAMAROTTI; SPINK, 2001); o estímulo a iniciativas de responsabilidade social por parte das empresas por meio de renúncia fiscal ou com recursos provenientes do próprio setor empresarial (CAMAROTTI; SPINK, 2003); e o surgimento de ações consorciadas entre municípios vizinhos que vivem problemas comuns que podem ser enfrentados conjuntamente por meio de ações que envolvem tanto o Poder Público como a sociedade e o mercado (TEIXEIRA, 2005).

Assim, uma diversidade de iniciativas inovadoras, no âmbito local, não só apareceu como resposta criativa a problemas já existentes, como também possibilitou a ampliação do alcance e um maior grau de legitimidade social. Com isso, identificar, premiar e disseminar tais experiências vai muito além de apenas reconhecê-las com um prêmio. Também significa propiciar, por meio de estratégias de informação, que um conjunto de atores

sociais externos tenham acesso a essas experiências para que elas possam ser replicadas ou venham inspirar outras políticas sociais cidadãs em realidades que, apesar de distintas, vivem problemas sociais semelhantes.

Foi nesse contexto que diversos prêmios a iniciativas inovadoras foram criados como estratégia para identificá-las e disseminá-las. Alguns prêmios se dedicam a iniciativas executadas por governos em todas as áreas de atuação, outros priorizam as ações focadas em temas específicos, assim como é possível encontrar os que são voltados para a identificação de experiências inovadoras que ocorrem por iniciativa do setor empresarial. Todos possuem alguns objetivos comuns: democratizar a informação para empoderar um maior número de atores sociais, sensibilizar a opinião pública para questões de grande relevância social e demonstrar como o que está sendo resolvido em um determinado lugar também pode servir para ajudar na solução de um problema semelhante existente em outro.

Refletir acerca da diversidade de algumas dessas estratégias de premiação e disseminação para, na seqüência, destacar o importante papel a ser cumprido pelo Prêmio de Responsabilidade Social em Turismo é o que será feito neste texto. O critério para a escolha dos casos aqui destacados foi o da disponibilidade de informações para o acesso público no *site* das instituições.

Na próxima seção, será desenvolvida uma breve descrição acerca do Programa Gestão Pública e Cidadania; na seguinte, discutir-se-á o Prêmio Prefeito Amigo da Criança; e, na posterior, as discussões se voltarão para o Prêmio-Eco. Por fim, será apresentada uma breve reflexão que será elaborada em torno dos objetivos que norteiam o recém-criado Prêmio de Responsabilidade Social em Turismo.

---

## 2. O Programa Gestão Pública e Cidadania

Criado em 1996, por iniciativa conjunta da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e da Fundação Ford, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa Gestão Pública e Cidadania (PGPC) tem por objetivo identificar, disseminar e premiar iniciativas inovadoras de governos estaduais, municipais e de organizações próprias dos povos indígenas. O processo de disseminação desenvolve-se de diversas maneiras e entre elas se destacam: a publicação de livros, a edição de DVDs com documentários sobre experiências premiadas, além de programas de rádio e a realização de debates sobre a transformação na gestão pública subnacional com ênfase na articulação entre governo e sociedade civil. Tais debates ocorrem tanto em ambientes acadêmicos como nas próprias comunidades (SPINK; TEIXEIRA, 2005:271). O PGPC também disponibiliza para acesso público, em seu *site*<sup>4</sup>, a versão eletrônica de todas as suas publicações, incluindo DVDs e programas de rádios para *download*.

Na versão eletrônica do banco de dados do Programa Gestão Pública e Cidadania, também se encontra à disposição para consulta pública um breve perfil das 8.169 experiências inscritas ao longo de seus dez ciclos de premiação (1996 a 2005) que inclui a forma de contato com cada um dos programas inscritos.

---

<sup>4</sup> Ver <<http://inovando.fgvsp.br>>.

Do conjunto de experiências inscritas nesse período, 46,64% eram provenientes da área de serviços públicos, o que se explica pelo fato de, nessa área, estarem incluídos temas muito comuns aos governos locais, como educação, saúde, habitação e assistência social. Também se destacam as presenças de programas nas áreas de cidadania e direitos humanos (24,50%), assim como em desenvolvimento econômico e social (10,27%). Em cidadania e direitos humanos, estão incluídas as políticas sociais voltadas para crianças e adolescentes, idosos, mulheres, entre outras. Com relação à área de desenvolvimento econômico e social, uma parcela significativa dos programas inscritos trabalha a questão de geração de emprego e renda, um tema cada vez mais presente no âmbito das ações municipais, apesar de classicamente representar uma preocupação dos governos federal e estadual.

No que se refere ao perfil dos municípios inscritos no PGPC o prêmio possui dimensão nacional e alcança municípios de diversos portes populacionais. Os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes responderam por 63,94% de todas as inscrições. Na seqüência, aparecem as unidades municipais com população entre 50.001 e cem mil moradores que participam com 15,17% do total de diferentes municípios inscritos no Prêmio Gestão Pública e Cidadania ao longo de seus dez anos.

A presença expressiva de pequenos municípios inscrevendo as suas iniciativas inovadoras no Prêmio Gestão Pública e Cidadania serve para demonstrar que, apesar de todas as dificuldades, existe vida pública e criatividade na busca de solução para os problemas sociais independentemente do vigor econômico ou da quantidade de pessoas que residem nas localidades.

Isso se verifica mesmo levando em consideração que a maioria dos pequenos municípios brasileiros enfrenta obstáculos para se articular externamente em razão da reduzida capacidade de pressão, assim como pela precariedade de recursos de comunicação, além da dificuldade em contratar quadros profissionais com domínio de informações técnicas que são importantes para a captação de recursos externos para melhorar a capacidade de gestão.

A freqüência do PGPC no quadro geral de municípios brasileiros aumenta na medida em que o porte populacional das diferentes unidades municipais que já enviaram inscrições para um dos ciclos de premiação também é maior. Cerca de 90% dos municípios com população superior a quinhentos mil habitantes já inscreveram suas experiências em pelo menos um dos ciclos de premiação, e todas as cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes também já inscreveram experiências inovadoras em um dos ciclos de premiação.

Verifica-se, portanto, que, no caso do PGPC, a sua amplitude de foco — premiar ações em todas as áreas de atuação dos governos subnacionais — foi fundamental para conseguir sistematizar dados com mais de oito mil experiências inovadoras. Os instrumentos de disseminação disponibilizados pela gestão pública certamente contribuíram para que um número expressivo de atores sociais pudesse ter contato com iniciativas que ficariam escondidas em seu território de atuação. Além disso, também colaborou significativamente para a formação de uma opinião pública mais cidadã.

Destaca-se ainda a importância das parcerias que viabilizaram a existência do PGPC: uma grande organização internacional — a Fundação Ford — que também tornou possível a existência de prêmios semelhantes em outros países e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), instituição que tem um importante papel

a desempenhar na melhoria das condições sociais da população brasileira. Uma iniciativa desse porte certamente não germinaria sem contar com apoios dessa natureza.

### 3. Programa Prefeito Amigo da Criança

Criado em 1996, o Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC), organiza-se como um ciclo de premiação que é desenvolvido pela Fundação Abrinq — entidade que teve origem no setor patronal da produção de brinquedos — e apoiado por um conjunto de instituições: Unicef, Fundação Ford e Fundação David e Lucile Packard. Seu objetivo é garantir que os municípios sigam os princípios norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no desenvolvimento das políticas públicas locais destinadas a esse setor da sociedade (MATTOS, 2005).

Para tanto, organiza-se como um ciclo de premiação quadrienal que coincide com o mandato dos prefeitos e que visa a garantir a implementação de propostas de programas de governo sintonizadas com o ECA. Para conseguir tal objetivo, trabalha com o princípio de que as políticas públicas transformadoras, na área da infância e da adolescência, dependam fundamentalmente de vontade política. Esse fato leva a Abrinq a atuar de maneira incisiva no estímulo à formação de capital social que possa interferir positivamente na existência de uma opinião pública favorável às diretrizes do ECA e que interfira diretamente nas políticas públicas locais. O PPAC estimula as formas de gestão que planejam ações com base em metas previamente definidas. Além disso, tem como procedimento a valorização da participação social em todo o processo que envolve a política pública — da concepção à execução. Para tanto, considera como de fundamental importância que os atores sociais do sistema de garantia de direitos também sejam protagonistas nesse processo.

O Programa Prefeito Amigo da Criança está em pleno desenvolvimento de seu terceiro ciclo de premiação (2005-2008). Assim, os prefeitos que integram a Rede Prefeito Criança terão de passar pelas seguintes fases até serem definidos os vencedores: adesão aos compromissos necessários para concorrer ao prêmio; formulação das ações com vistas ao alcance de metas; monitoramento por parte da Abrinq com o objetivo de verificar as ações de participação social e de alcance das metas preestabelecidas; concessão do selo Prefeito Amigo da Criança; e seleção dos municípios reconhecidos<sup>5</sup>.

No ciclo 2001-2004, houve a adesão de mais de 1.500 prefeitos e buscou-se, por meio do estabelecimento de metas, garantir a efetividade das iniciativas locais na área da infância e adolescência. Dessa forma, a Abrinq estimulou os gestores para que elaborassem suas metas de maneira participativa. Ao final do ciclo, 126 municípios foram agraciados com o selo Prefeito Amigo da Criança pelos resultados alcançados em todo o processo. Cinco deles foram selecionados como destaques e considerados referenciais na área de políticas infanto-juvenis.

Com relação à disseminação, o Programa Prefeito Amigo da Criança tem um processo de diálogo social que começa na fase inicial do ciclo por meio de um forte compromisso público do prefeito que, com o objetivo de ter a política de seu município reconhecida, adere aos princípios do PPAC. O desenrolar do ciclo pauta-se pela mobilização da

<sup>5</sup> Ver Guia Prefeito Amigo da Criança 2005-2008. Disponível em: <[www.fundabrinq.org.br/\\_Abrinq/documents/publicacoes/compromisso\\_livro1.pdf](http://www.fundabrinq.org.br/_Abrinq/documents/publicacoes/compromisso_livro1.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2007.

sociedade local. A fase final do prêmio que se concretiza com a entrega do selo e a escolha dos cinco destaques tem sido realizada na Câmara dos Deputados e alcançado forte repercussão pública.

Além disso, a Abrinq possui um banco de dados com informações de todas as experiências dos que participaram do PPAC e com a identificação de todas as cidades que aderiram à Rede Prefeito Amigo da Criança. Soma-se a isso a existência de um conjunto de publicações em forma de cartilha, disponível para *download*, que trata de questões sobre Conselho Tutelar, orçamento e orçamento público.

Por fim, é importante destacar que o PPAC tem alcance nacional e vem marcando presença em todas as regiões do Brasil. Também, assim como no caso do PGPC, uma experiência com essa dimensão só se torna viável por meio do apoio de parceiros compromissados com a causa. Isso justifica plenamente a presença do Unicef, da Fundação Ford e da Fundação David e Lucile Packard como apoiadores do Projeto Prefeito Amigo da Criança.

---

#### 4. O Prêmio ECO

O Prêmio ECO foi criado em 1982 pela Câmara Americana de Comércio (AMCHAM) e conta com o apoio de instituições, como o Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIES); a Fundação Avina; o Instituto Akatu; o Instituto Ethos; o jornal *Valor Econômico*; e o Sebrae. É considerada a primeira iniciativa dessa natureza voltada exclusivamente para a premiação e a disseminação de empresas qualificadas como socialmente responsáveis por adotarem práticas e procedimentos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e chamam a atenção para questões representativas do interesse público.

Na avaliação de seus organizadores, o Prêmio estimula “uma rica reflexão sobre o desenvolvimento do conceito e das práticas de cidadania empresarial no Brasil”.<sup>6</sup> Segundo o documento “Tendências do Prêmio Eco: a cultura da cidadania empresarial no Brasil”, produzido pelo Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS/FEA-USP)<sup>7</sup>, a idéia de cidadania empresarial avançou ao longo do tempo ao

*enfocar a ética nos negócios, o respeito às normas e leis, as políticas equânimes na gestão de pessoas, a participação ativa na solução dos problemas comunitários e as relações justas com os diversos stakeholders, ou seja, empresas, pessoas e comunidades que, de alguma forma, interagem com a empresa ou são influenciados por suas ações.*

Com o passar do tempo, seu formato foi sendo alterado com o objetivo de incluir um maior número de participantes, incorporar temas emergentes e, também, evitar que empresas de diferentes portes vivenciassem, durante o processo de definição da premiação, situações que caracterizassem uma disputa desigual. Desse modo, o prêmio é distribuído segundo o tamanho da empresa. Empresas de pequeno porte concorrem entre elas, o mesmo

---

<sup>6</sup> Ver <[www.premioeco.com.br](http://www.premioeco.com.br)>.

<sup>7</sup> Ver <[www.premioeco.com.br/historico/livreto\\_eco20anos.pdf](http://www.premioeco.com.br/historico/livreto_eco20anos.pdf)>.

ocorrendo com as de médio e grande porte. Abaixo, conforme informações no *site* institucional<sup>8</sup>, estão destacados os períodos e as mudanças que foram ocorrendo:

- Entre 1982 e 1988, não havia a definição prévia de áreas específicas de atuação para concorrer ao prêmio, o que o tornava muito amplo no processo de captação das inscrições.
- Entre 1989 e 2004, o prêmio passou a privilegiar grandes áreas de atuação com base na definição de que os projetos sociais desenvolvidos pelas empresas deveriam contemplar as seguintes: educação, cultura, meio ambiente, saúde e participação comunitária.
- Em 2005, passou a ser permitida a participação de empresas públicas e o prêmio organiza-se fundamentado em duas grandes modalidades nas quais as empresas poderiam ver a adequação de seus projetos: Gestão Empresarial para a Sustentabilidade (GES) e Projetos de Responsabilidade Social Empresarial (PRSE). Esta última acabou englobando seis submodalidades: 1) Público interno; 2) Meio ambiente; 3) Consumidores e clientes; 4) Comunidade; 5) Valores; 6) Transparência e governança.
- Em 2006, a modalidade PRSE passa a ser denominada Práticas de Responsabilidade Social Empresarial e foi a ela acrescentada uma nova submodalidade: a de fornecedores.

Nos 25 ciclos de premiação (1982-2006), o Prêmio ECO vem apresentando uma razoável evolução no número de inscritos. No primeiro, foram 38; em 1992, saltou para 82; dez anos depois (2002), atingiu 95 inscrições; e, na última edição, em 2006, o número de projetos candidatos ao prêmio foi de 146. No total acumulado são 1.960 projetos inscritos por 1.621 empresas, e 153 deles foram premiados.

No que se refere ao perfil dos inscritos e premiados, a forma de organização do Prêmio ECO permite a captação de experiências que se pautam pela diversidade. No primeiro ciclo, registraram-se iniciativas que tratam da manutenção de patrimônio histórico e da criação de centros educacionais em comunidades. No décimo primeiro ciclo (1992), observaram-se experiências que lidam com a questão da arte, da prevenção de doenças e do meio ambiente. No ano de 2002, verificaram-se iniciativas que lidam com preservação de reserva natural, portadores de necessidades especiais e fortalecimento dos conselhos tutelares da criança e do adolescente. No ciclo de 2006, ampliou-se a diversidade no perfil dos projetos, pois dele constam experiências voltadas ao combate da exploração sexual infantil no turismo, à geração de emprego e renda, à ouvidoria e à relação com o cliente, entre outros.

Se, por um lado, o Prêmio ECO cumpre um importante papel ao identificar experiências de responsabilidade empresarial e, assim, estimular que tais iniciativas se generalizem por meio do reconhecimento público, por outro, a disseminação praticamente se resume ao evento de premiação e à sua repercussão. A única publicação existente é uma revista com um breve resumo das experiências premiadas que não se encontra disponível para acesso público em meio eletrônico. Não foi observada a existência de materiais em DVDs ou outro meio de divulgação das iniciativas.

<sup>8</sup> Ver <[www.premioeco.com.br](http://www.premioeco.com.br)>.

Da mesma forma que os prêmios destacados anteriormente, o ECO também conta com parceiros, praticamente todos do setor empresarial, o que pode explicar parcialmente a pouca repercussão dessa iniciativa em outras áreas da vida social. Talvez seja necessário ampliar os mecanismos de difusão das experiências para criar o efeito demonstração, tornando-as ainda mais conhecidas para que possam inspirar iniciativas calcadas na cidadania empresarial em outros lugares.

---

## 5. O Prêmio de Responsabilidade Social em Turismo

Criado em 2007 pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV), por meio do Observatório de Inovação Social do Turismo, o Prêmio em questão conta com os apoios do Ministério do Turismo, que tem um papel central na formulação e na aprovação a práticas públicas de turismo sustentável nos âmbitos econômico e social, e do Instituto WCF-Brasil, braço brasileiro da World Childhood Foundation, instituição voltada para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de risco e que atua no País desde 1999<sup>9</sup>.

É uma iniciativa de alcance nacional que se volta exclusivamente para identificar, reconhecer, premiar e disseminar projetos ou experiências de responsabilidade social sob o encargo de empresas e organizações não-governamentais (ONGs) que contribuam para a proteção de crianças e adolescentes, explorados por intermédio do turismo sexual, ou que promovam ações preventivas.

Possui foco muito bem delimitado e com isso tem enorme potencial para sensibilizar a sociedade com relação à gravidade do problema e, assim, estimular que as ações voltadas para o seu enfrentamento e a sua prevenção possam não apenas ser valorizadas, como também ser multiplicadas por meio da valorização das mesmas e do reconhecimento público. Nesse aspecto, a estratégia de disseminação a desenvolver-se deverá desempenhar um papel primordial na formação de uma opinião pública favorável à causa que norteia os objetivos do Prêmio.

A iniciativa de criar um prêmio com esse foco e objetivo é plenamente justificada quando se observa a gravidade do problema na realidade brasileira por meio dos dados existentes acerca da situação de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. Entre janeiro de 2000 e 31 de janeiro de 2003, quando esteve em atividade o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil que funcionava por meio de um disque-denúncia de abrangência nacional, fruto de parceria entre o Ministério do Turismo, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e a Adolescência (ABRAPIA), foi produzido um relatório sobre abuso sexual compreendendo o período destacado e com base no universo de 1.547 denúncias recebidas, que se distribuíram pelas grandes regiões brasileiras da seguinte forma: 51,39% no Sudeste; 24,43% no Nordeste; 11,25% no Sul; 7,05% no Norte e 5,88% no Centro-Oeste<sup>10</sup> (ver Tabela 1 em anexo).

---

<sup>9</sup> Ver <[www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp\\_pe\\_oit\\_premio\\_inscricao.asp](http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_pe_oit_premio_inscricao.asp)>.

<sup>10</sup> Ver Relatório de abuso sexual 2000-2003. Disponível em: <[www.observatoriodainfancia.com.br](http://www.observatoriodainfancia.com.br)>. Acesso em: 26 maio 2007.

Quando tais dados são desagregados e emerge a situação brasileira por municípios, é possível observar que o problema se apresenta de maneira muito contundente nos grandes centros turísticos nacionais. Por exemplo, entre as capitais, o município do Rio de Janeiro liderou o *ranking* das denúncias com 13,11%; seguido de Fortaleza, 4,33%; São Paulo, também 4,33%; Manaus com 2,33%; Salvador, 1,81% e Recife, 1,51% (ver Tabela 2 em anexo).

Obviamente que algumas questões sobre a segurança dos dados podem ser questionadas. A principal delas é a não-existência de pesquisa oficial que possa captar com dimensão mais exata o tamanho do problema. Talvez seja difícil vislumbrar pesquisas oficiais sobre esse tema em razão de sua complexidade e de seus complicadores, como o fato de a exploração sexual infantil também ocorrer no ambiente familiar, o que dificulta a denúncia. Talvez a única iniciativa que buscou captar o panorama nacional da exploração sexual infanto-juvenil de maneira mais sistematizada e num prazo mais longo tenha sido por meio do Disque-Denúncia. A permissão do anonimato provavelmente foi um fator de estímulo à realização de denúncias dessa natureza utilizando-se esse tipo de canal. Os meios convencionais que estão vinculados tanto ao sistema de justiça como à força policial provavelmente são, na maioria das vezes, evitados em razão dos constrangimentos familiares que possam ser gerados pelo tema.

Outras informações que constam nessa pesquisa também precisam ser destacadas. Quando se traça um perfil dos abusados sexualmente por faixa etária, a maior parte das vítimas se situa na faixa entre oito e 11 anos de idade e 76,29% são do sexo feminino. Quanto ao agressor, homens e mulheres que aliciam para si próprios representam 45,32%; turistas estrangeiros e nacionais estão incluídos na categoria “outros” que representa 21,67% do total de agressores.

Diante desse quadro, o Prêmio de Responsabilidade Social em Turismo supre uma lacuna ainda não ocupada por outros ciclos de premiação, pois, quando muito, o tema tem sido abordado de maneira muito genérica sem tratar diretamente da questão, fazendo com que ela desapareça no meio de tantas outras. Com isso, o Prêmio possui um enorme potencial agregador no sentido de juntar em torno de si uma extensa rede que se encontra trabalhando esse problema, ora de maneira dispersa, ora sem o poder de pressão necessário para colocar tal questão na agenda de prioridades dos formuladores de políticas públicas. É certo que existem diversos fóruns e espaços de debates que tratam desse problema, mas o Prêmio pode representar um novo espaço articulador em que os atores sociais, público e privado, possam sistematizar suas ações e trocar suas experiências.

Nesse contexto, o processo de disseminação proposto pelo Prêmio acaba ganhando importância central e, por isso, prevê algumas ações importantes. Consta no Regulamento a criação de um banco de dados e a indicação: “[...] todos os projetos inscritos serão automaticamente registrados no Banco de Dados do Observatório de Inovação Social do Turismo. Os interessados podem realizar consultas ao Banco para se informar sobre as experiências”. Também está prevista a realização de publicações e a criação de fóruns de debates, cujas questões são centrais para a difusão dos princípios que uniram parceiros, como o Ministério do Turismo, o Instituto WCF e EBAPE/FGV, por meio do seu Observatório de Inovação Social do Turismo, em torno de uma situação que representa apenas uma parcela da dramática realidade social brasileira no campo da infância e da adolescência.

## 6. Considerações finais

Buscou-se neste texto destacar a importância da difusão de informações no contexto de algumas iniciativas voltadas para a premiação de práticas públicas inovadoras e cidadãs que estão sendo executadas pelo Poder Público, por ONGs ou pelo setor privado. Os três programas de premiações que se encontram em plena atividade e que foram aqui descritos apresentam algumas diferenças, apesar de se organizarem em torno de um objetivo comum: promover o reconhecimento público das práticas sociais inovadoras.

No que se refere ao público-alvo dos ciclos de premiação, essas diferenças ficam nítidas. O Programa Gestão Pública e Cidadania tem por objetivo premiar exclusivamente os governos subnacionais (estados e municípios) e, por isso, inclui os governos das populações indígenas. O Prêmio, que apresenta a mesma titulação do Programa, justifica as metas do Programa. Também coerente com o próprio nome, o Programa Prefeito Amigo da Criança visa única e exclusivamente às políticas de infância e adolescência executadas pelas administrações municipais.

Por outro lado, o Prêmio ECO destina-se tanto às empresas públicas como às do setor privado, ficando excluída a possibilidade de premiarem-se iniciativas executadas pela administração pública direta. Nessa questão, o Prêmio, organizado pela EBAPE/FGV, acaba, pela própria natureza de seus objetivos, abrindo a possibilidade de premiar tanto o setor privado como as ONGs. Talvez isso possa ser compreendido em razão de essa ser uma atividade tipicamente de mercado e, também, de as questões vinculadas à criança e ao adolescente serem, cada vez mais, contempladas como práticas públicas por diversos programas sociais executados por organizações não-governamentais.

Provavelmente, num futuro próximo, torne-se necessário pensar na possibilidade de o Poder Público e o sistema de Justiça também inscreverem suas experiências. As ações de confronto ao turismo sexual infantil não podem ser enfrentadas de maneira eficiente sem a existência de políticas públicas governamentais nem tratadas sem se que se considerem medidas de caráter preventivo/repressivo, que sejam executadas tanto pelo Ministério Público quanto pelo Poder Judiciário ou pela força policial, o que pode ser comprovado por meio das ações desenvolvidas pela Polícia Rodoviária Federal nas estradas brasileiras.

Quanto ao foco, os programas de premiação também revelam diferenças importantes. O de Gestão Pública e Cidadania destina-se a todas as áreas voltadas às políticas governamentais, o que dá ao programa o mérito de possuir um banco de dados com mais de oito mil experiências para consulta pública. Da mesma forma que o PGPC, o Prêmio ECO também possui uma característica muito ampla ao buscar reconhecer publicamente o mérito de diversas iniciativas desenvolvidas por empresas públicas e privadas. Isso explica o fato de ambos os prêmios não estarem vinculados diretamente a uma prática pública específica.

Por outro lado, o PPAC possui um foco muito bem delimitado: a materialização dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente nas políticas públicas municipais. Essa estratégia é coerente com a própria razão que levou à criação da Abrinq nos setores da indústria de brinquedo: contribuir com a afirmação da garantia dos direitos das crianças. Por isso, essa entidade se tornou referência quando se trata de questões relativas à infância e à adolescência no Brasil. Essa é a razão pela qual o PPAC está diretamente associado a

uma prática pública específica, o que também tende a ocorrer com o Prêmio Responsabilidade Social em Turismo por seu foco no combate ao turismo sexual infantil.

No que se refere às estratégias de disseminação, os programas de premiação apresentam dimensões distintas. Verifica-se uma grande timidez nas ações do Prêmio ECO. Praticamente não há dados sobre as experiências inscritas e premiadas para o acesso público em seu *site* institucional. As informações limitam-se, apenas, ao nome dos programas e das empresas premiadas, não havendo qualquer indicação sobre como fazer contato com as experiências ou sobre o alcance social das mesmas. Também não há publicações sobre as experiências que estejam disponíveis para acesso público, o que torna a difusão das práticas públicas extremamente restrita.

Os demais programas de premiação estão mais avançados nessa questão. O PGPC disponibiliza para acesso público todas as suas publicações, vídeos, DVDs e programas de rádio tratando das experiências. Traz ainda um conjunto de textos relativos a temas como reforma da administração pública, participação popular, gestão social, acesso a direitos.

O PPAC possui uma estratégia de fomentar o debate desde o momento em que o município adere à Rede Prefeito Criança. Estimula a mobilização social no espaço municipal para que um maior número de atores sociais participem do processo de premiação e garanta que as metas formadas pela prefeitura venham a ser efetivadas. Além disso, existem publicações impressas e eletrônicas que descrevem as experiências e também disponibiliza, em versão eletrônica, algumas cartilhas que buscam demonstrar como se montam conselhos tutelares e conselhos de direitos, entre outras.

O Prêmio Responsabilidade Social em Turismo tende a caminhar na mesma direção do PGPC e do Prefeito Amigo da Criança. Deverá disponibilizar para acesso público um banco de dados com informações sobre as experiências inscritas e premiadas, produzir publicações em versões impressas e eletrônicas e fomentar o debate sobre a questão do turismo sexual infantil, contribuindo, dessa maneira, para a formação de uma opinião pública que pressione no sentido de acabar com esse problema que é dramático no Brasil.

Dessa maneira, pela forma como se organizou e pelos objetivos a que se propõe, o Prêmio Responsabilidade Social em Turismo deverá ter um efeito social extremamente positivo por suprir uma lacuna ainda não ocupada por outros programas de premiação e reunir em torno de si um leque ainda maior de parceiros que historicamente são comprometidos com a causa da criança e do adolescente.

## 7. Tabelas

**Tabela 1**  
*(Brasil) Denúncias de exploração sexual infanto-juvenil por região*

Regiões	N.º de denúncias	(%)
Centro-Oeste	91	5,88
Nordeste	378	24,43
Norte	109	7,05
Sudeste	795	51,39
Sul	174	11,25
Total	1.547	100,00

Fonte: Relatório de abuso sexual 2000-2003. Disponível em: <www.observatoriodainfancia.com.br>. Acesso em: 26 maio 2007.

**Tabela 2**  
*Denúncias de exploração sexual infanto-juvenil por Cidade*

Cidade	N.º de denúncias	(%)
Rio de Janeiro (RJ)	203	13,11
Fortaleza (CE)	67	4,33
São Paulo (SP)	62	4,01
Duque de Caxias (RJ)	43	2,78
Manaus (AM)	36	2,33
Nova Iguaçu (RJ)	34	2,20
São João do Meriti (RJ)	28	1,81
Salvador (BA)	28	1,81
São Gonçalo (RJ)	26	1,68
Recife (PE)	24	1,55

Fonte: Relatório de abuso sexual 2000-2003. Disponível em: <www.observatoriodainfancia.com.br>. Acesso em: 26 maio 2007.

## Referências bibliográficas

CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter. *Redução da pobreza e dinâmicas locais*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. *O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza*. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

FARAH, Marta Ferreira dos Santos (2000). Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas locais. In: *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: FGV-EAESP, 2000, v. 18.

\_\_\_\_\_. Disseminação de inovações e políticas públicas no espaço local. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006 *Anais..* Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2006.

MATTOS, Janaína Valéria de. *Programas de disseminação de experiências de governos locais no Brasil em contexto de redemocratização e de descentralização*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo), Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2005.

PAULICS, Veronika. Disseminação de experiências de gestão pública — o caso do Programa de Renda Mínima no Brasil (1991-1997). In: *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: FGV-EAESP, 2004, v. 34.

PINHO, José Antonio Gomes de; SANTANA, Mercejane Wanderlei. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. In: *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: FGV-EAESP, 2000, v. 17.

SPINK, Peter (1999). The rights approach to subnational government: the experience of the Public Management and Citizenship Program. In: *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: FGV-EAESP, 1999, vol. 17.

\_\_\_\_\_; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho (2005). Gestão de recursos hídricos; um panorama de experiências exitosas. In: DOWBOR, Ladislau; TAGNIN, Renato (Orgs.). *Administrando a água como se ela fosse importante*. São Paulo: Senac, 2005. PP. 271-282

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho (2005). Democratização do espaço público: a experiência do Consórcio Quiriri. In: IX CONGRESSO DO CLAD, 2005, Madrid. Disponível em [www.clad.org.ve](http://www.clad.org.ve).